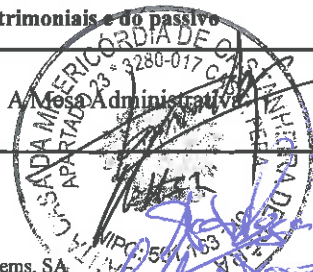


SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501163140

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.078.076,08	2.079.919,87
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	6	120.807,86	129.504,55
Activos intangíveis	7	0,00	0,00
Investimentos financeiros	14.1	37.877,34	32.111,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		2.236.761,28	2.241.535,56
Activo corrente			
Inventários	9	12.519,06	10.497,41
Clientes	14.2	30.125,38	29.548,80
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14.8	14.282,81	1.147,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	14.3	13.201,57	241.986,20
Diferimentos	14.4	4.798,88	4.249,12
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	14.5	152.153,15	95.492,98
		227.080,85	382.921,74
Total do activo		2.463.842,13	2.624.457,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	650.077,38	650.077,38
Excedentes técnicos	14.6	0,00	0,00
Reservas	14.6	0,00	0,00
Resultados transitados	14.6	565.915,86	389.221,29
Excedentes de revalorização	14.6	747.609,50	767.029,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	214.562,20	244.395,70
		2.178.164,94	2.050.723,87
Resultado líquido do período		-85.373,43	157.274,57
Total do fundo de capital		2.092.791,51	2.207.998,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	166.899,09	187.022,46
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		166.899,09	187.022,46
Passivo corrente			
Fornecedores	14.7	56.960,13	39.870,02
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14.8	23.949,81	24.570,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	19.925,56	19.175,56
Diferimentos	14.4	1.000,46	7.420,75
Outras contas a pagar	14.9	102.315,57	138.399,61
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		204.151,53	229.436,40
Total do passivo		371.050,62	416.458,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.463.842,13	2.624.457,30



Contabilista Certificado

Aguiar

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom of the page.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	532.627,29	530.665,87
Subsídios, doações e legados à exploração	11, 14.10	400.725,76	525.484,52
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	178.158,17	182.088,15
Fornecimentos e serviços externos	14.11	178.034,31	232.207,03
Gastos com o pessoal	12	607.863,21	623.967,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	-346,07
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14.12	43.781,91	275.475,21
Outros gastos e perdas	14.13	8.492,22	45.764,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		4.587,05	247.945,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	87.872,43	87.643,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-83.285,38	160.301,57
Juros e rendimentos similares obtidos	10, 14.14	338,44	117,08
Juros e gastos similares suportados	14.14	2.426,49	3.144,08
Resultados antes de impostos		-85.373,43	157.274,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-85.373,43	157.274,57



Contabilista Certificado

Afey

*Apelo baseado no 5070 e 5071
 para a mesa administrativa*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

31 dezembro de 2015



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4 e 5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5, 6, 7, 8 e 9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros... ..	9
5	Activos Fixos Tangíveis	9 e 10
6	Propriedades de Investimento	10
7	Activos Intangíveis.....	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários	12
10	Rédito	12
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
12	Benefícios dos empregados	13
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
14	Outras Informações.....	14
14.1	Investimentos Financeiros	14
14.2	Clientes e Utentes	15
14.3	Outras contas a receber.....	15
14.4	Diferimentos	15
14.5	Caixa e Depósitos Bancários	16
14.6	Fundos Patrimoniais.....	16
14.7	Fornecedores	16
14.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
14.9	Outras Contas a Pagar.....	17
14.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
14.11	Fornecimentos e serviços externos.....	17
14.12	Outros rendimentos e ganhos	18
14.13	Outros gastos e perdas	18
14.14	Resultados Financeiros.....	18
14.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

ii

O presente Anexo, relativo ao período de 2015, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

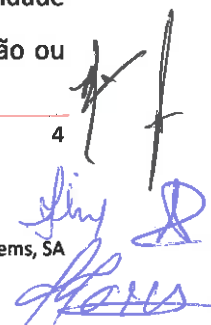
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

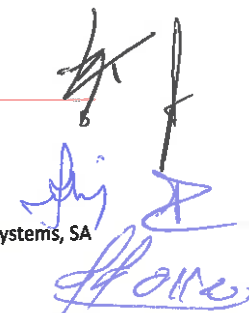
- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente, venham a gerar benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

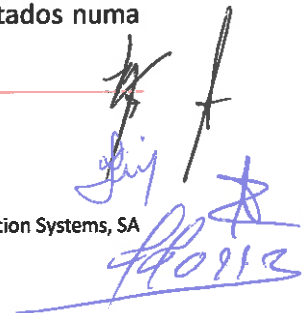
Procedeu-se, durante o ano 2015, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.6 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.



Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) ...
- b) As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Edif. e outras construções	2.023.425,24					2.023.425,24
Equipamento básico	546.819,84	33.055,51				579.875,35
Equipamento de transporte	156.865,21		-10.375,00			146.490,21
Equipamento administrativo	102.636,14	2.952,00				105.588,14
Out. Ativos fixos tangíveis	20.350,43					20.350,43
Total	2.859.038,12	36.007,51	-10.375,00	0,00	0,00	2.884.670,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	139.044,46	35.167,97				174.212,43
Equipamento básico	398.513,06	33.182,23				431.695,29
Equipamento de transporte	96.623,14	12.708,41	-10.375,00			98.956,55
Equipamento administrativo	95.014,11	4.058,36				99.072,47
Out. Ativos fixos tangíveis	407,01	407,01				814,02
Total	729.601,78	85.523,98	-10.375,00	0,00	0,00	804.750,76

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Edif. e outras construções	2.023.425,24	68.328,53		9.672,00		2.101.425,77
Equipamento básico	579.875,35	2.806,82				582.682,17
Equipamento de transporte	146.490,21					146.490,21
Equipamento administrativo	105.588,14	2.988,20				108.576,34
Out. Ativos fixos tangíveis	20.350,43	3.208,40				23.558,83
Total	2.884.670,63	77.331,95	0,00	9.672,00	0,00	2.971.674,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	174.212,43	35.581,89		2.901,60		212.695,92
Equipamento básico	431.695,29	34.183,77				465.879,06
Equipamento de transporte	98.956,55	12.708,41				111.664,96
Equipamento administrativo	99.072,47	2.664,01				101.736,48
Out. Ativos fixos tangíveis	814,02	808,06				1.622,08
Total	804.750,76	85.946,14	0,00	2.901,60	0,00	893.598,50

As aquisições de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2015, estão afetas na sua maioria a obras de requalificação e melhoria. Com o objetivo de abrir um Centro de Fisioterapia e Reabilitação, efetuaram-se as intervenções necessárias à requalificação de um imóvel não afeto à atividade da Instituição. Realizaram-se, igualmente, obras de reabilitação na antiga casa mortuária e alguns trabalhos de manutenção e melhoria no edifício sede (Lar S. José).

6 Propriedades de Investimento

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguintes:

Descrição	2014					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquis./Dotações	Alienações	Transferências	Var. Justo Valor	
Edif. e O. Construç.	188.990,97		-24.940,00			164.050,97
Total	137.859,28	0,00	-24.940,00	0,00	0,00	164.050,97
Dep. Acumuladas	51.131,69	2.119,73	-18.705,00			34.546,42
Total	51.131,69	2.119,73	-18.705,00	0,00	0,00	34.546,42

Descrição	2015					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquis./Dotações	Alienações	Transferências	Var. Justo Valor	
Edif. e O. Construç.	164.050,97			-9.672,00		154.378,97
Total	129.504,55	0,00	0,00	-9.672,00	0,00	33.571,11
Dep. Acumuladas	34.546,42	1.926,29		-2.901,60		33.571,11
Total	34.546,42	1.926,29	0,00	-2.901,60	0,00	33.571,11

A referida transferência diz respeito a um imóvel que, por passar a estar afeto à atividade da Instituição,

foi transferido para ativos fixos tangíveis.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
Praça Visconde Nova Granada - Apartado 23
Castanheira de Pera
NIF:501163140 - Publicação em Diário da República

10

7 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17.500,00	164.111,19	181.611,19	16.750,00	181.942,86	198.692,86
Locações Financeiras	2.425,56	2.787,90	5.213,46	2.425,56	5.079,60	7.505,16
Total	19.925,56	166.899,09	186.824,65	19.175,56	187.022,46	206.198,02

O referido empréstimo bancário foi concedido em 2006, pelo prazo de 20 anos. O propósito da sua constituição foi o financiamento da obra "Lar de Idosos S. Domingos".

Durante o ano 2013 efetuou-se um contrato de locação financeira cujo objeto de financiamento foi um veículo de 5 lugares.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014			2015			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs Cons.	9.983,07	180.302,58	2.299,91	10.497,41	176.826,89	3.352,93	12.519,06
Total	9.983,07	180.302,58	2.299,91	10.497,41	176.826,89	3.352,93	12.519,06
CMVMC				182.088,15			178.158,17

De referir que, durante o ano 2015, se procedeu à restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	525.419,29	517.980,26
Quotas e jóias	1.317,00	1.360,61
O. Serviços	5.891,00	11.325,00
Juros	338,44	117,08
Total	532.965,73	530.782,95

Verifica-se uma ligeira variação positiva nos valores de quotas de utilizadores, este facto deve-se essencialmente a:

- Atualizações de mensalidades no início do ano;
- Uma rotatividade de clientes nas diversas respostas sociais.

O montante de "O. Serviços" refere-se a prestação de serviços no âmbito de atividades inseridas nas medidas de formação: 2.3, 3.6 e 6.1, cujo término ocorreu em 2014 e 2015.

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	379.555,14	384.717,90
Sub. Eventuais – Sub. Funeral -ISS	0,00	1.471,52
Outras Entidades - EOEP	12.214,14	121.633,60
IEFP	12.214,14	10.071,55
POPH (2.3) Proj.072344/2012/23_100%	0,00	46.472,16
POPH (3.6) Proj.096004/2013/36_71,76%	0,00	9.783,65
POPH (6.1) Proj.094062/2013/61_100%	0,00	55.306,24
Total	391.769,28	507.823,02

As variações em "Subsídios do Governo – O. Entidades – EOEP" são consequência de atividades/projetos financiados pelo POPH. No âmbito destas atividades desenvolveram-se diversas formações com início em 2013 e término em dezembro de 2014.

Verifica-se ainda que, a diminuição da frequência de clientes na resposta social de SAD e nas Cantinas Sociais, influencia negativamente o saldo das participações da Segurança Social em 2015.

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2014 e 2015, mantiveram-se em 18.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 e em 31/12/2015 foi de 63.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	497.634,96	503.758,55
Encargos sobre as Remunerações	103.177,97	105.491,19
Seguros de Acidentes no Trab. e Doenças Profis.	3.586,24	4.081,30
Outros Gastos com o Pessoal	1.546,00	2.496,40
O. Pessoal	1.918,04	8.139,59
Total	607.863,21	623.967,03

A variação ocorrida nos valores de "Remunerações ao pessoal" deve-se ao elevado número de baixas e ao facto de não terem ocorrido atualizações salariais, a não ser as que decorreram da aplicação da lei (aumento do salário mínimo). Durante o exercício a Instituição beneficiou de algumas medidas de incentivo ao emprego, tais como, contratos de emprego Inserção, redução da TSU através de medidas de apoio à contratação e, no caso de funcionários com salário mínimo nacional, redução da TSU em 0,75 pontos percentuais.

A rubrica "Outro Pessoal" inclui os contratos de emprego inserção e estágios profissionais.

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2015 e 2014, foram de 2.952,00 € em ambos os períodos.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O atual mandato dos Corpos Gerentes tem a duração de três anos civis. O próximo mandato, de acordo com o novo Compromisso, terá a duração de quatro anos.

Os referidos membros não são remunerados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Outros investimentos financeiros	37.877,74	32.111,14
Total	37.877,74	32.111,14

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas "Investimentos Financeiros" e "Ativos Não Correntes Detidos para Venda". O aumento verificado deve-se à constituição de um seguro de capitalização durante o ano 2015.

14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	30.125,38	29.548,80
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	5.909,45	5.909,45
Total	36.034,83	35.458,25

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes		
Utentes	-5.909,45	-5.909,45
Total	-5.909,45	-5.909,45

14.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outros Devedores e O. Financiadores	13.201,57	241.986,20
Total	13.201,57	241.986,20

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de: utentes (despesas extra mensalidade), “Outras Entidades” e de “Outros Financiadores – Estado e Outras Entidades Oficiosas” (ISS, POPH, PRODER e IEFP), a este montante subtrai-se o montante de participações do ISS deduzidas em 2016 com referência a 2015. De referir que no final de 2015 não se registam valores a receber do PRODER nem do POPH, os projetos associados a estes programas já se encontravam encerrados.

Contribuindo também para a variação de valores apresentada, na rubrica “Outros devedores – Outras Entidades”, em 2014, está incluído o montante a receber pela venda de uma propriedade de investimento.

14.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	4.603,14	4.074,05
Gastos de Funcionamento	195,74	175,07
Total	4.798,88	4.249,12
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	0,00	312,48
IEFP	1.000,46	7.108,27
Total	1.000,46	7.420,75

14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	329,90	2.284,80
Depósitos à ordem	80.276,98	91.661,91
Depósitos a prazo	71.546,27	1.546,27
Total	152.153,15	95.492,98

14.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650.077,38	0,00	0,00	650.077,38
Resultados transitados	389.221,29	176.694,57	0,00	565.915,86
Excedentes de revalorização	767.029,50	0,00	-19.420,00	747.609,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	244.395,70	0,00	-29.833,50	214.562,20
Total	2.050.723,87	176.694,57	-49.253,50	2.178.164,94

As diminuições verificadas dizem respeito ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.6).

A variação positiva ocorrida nos “Resultados Transitados” é consequência da transferência do resultado líquido positivo de 2014 e do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade).

14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	56.960,13	39.870,02
Total	56.960,13	39.870,02

14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA) _Restituição	14.282,81	1.147,23
Total	14.282,81	1.147,23
Passivo		
Imposto s/o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	2.558,00	2.737,00
Segurança Social	21.344,45	21.814,46
Fundo Compensação do Trabalho	47,36	19,00
Total	23.949,81	24.570,46

A oscilação de valores apresentada na rúbrica de ativo corrente – E.O.E.P. – Restituição de IVA é consequência da:

- Possibilidade de, em 2015 e no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, reaver 50% do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas;
- Realização de obras durante o exercício 2015 com direito a restituição de IVA em 50% do valor suportado.

14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	842,97	34.693,38
Credores por acréscimo de gastos	94.515,46	97.719,04
Outros credores	6.957,14	5.987,19
Total	102.315,57	138.399,61

14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	391.769,28	507.823,02
Doações e heranças	8.956,48	17.661,50
Total	400.725,76	525.484,52

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	82.675,94	116.194,09
Materiais	8.273,04	4.669,18
Energia e fluidos	71.938,78	84.351,06
Deslocações, estadas e transportes	918,39	1.074,01
Serviços diversos	12.136,82	13.750,48
Encargos com os Utentes	2.091,34	12.168,21
Total	178.034,31	232.207,03

Na sequência do encerramento dos projetos de formação financiados pelo POPH (medida 2.3, 3.6 e 6.1), ocorre uma diminuição nos valores de “serviços especializados”. Fruto da descida de preços, verifica-se também uma descida nos gastos com energia e fluidos.

14.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	1.615,00	916,90
Descontos de pronto pagamento obtidos	18,02	88,99
Ganhos em inventários	0,00	41,54
Rendim. e ganhos nos restantes ativos financ.	174,04	267,36
Rendim. e ganhos em investim. não financeiros	10.887,47	241.624,44
Outros rendimentos e ganhos	31.087,38	32.535,98
Total	43.781,91	275.475,21

A rubrica "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" apresenta uma diminuição significativa que resulta da alienação, em 2014, de imóveis doados à Instituição.

14.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	458,23	244,42
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,01
Dívidas incobráveis	1.476,97	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	128,27	89,91
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1.561,60	13.880,55
Outros Gastos e Perdas	4.867,15	31.549,29
Total	8.492,22	45.764,18

A diminuição nos "gastos e perdas em investimentos não financeiros" deve-se, essencialmente, ao término das formações inseridas nas medidas 2.3, 3.6 e 6.1 do POPH.

14.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.715,96	2.440,02
Outros gastos e perdas de financiamento	710,53	704,06
Total	2.426,49	3.144,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	338,44	117,08
Total	338,44	117,08
Resultados Financeiros	-2.088,05	-3.027,00

14.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Castanheira de Pera, 10 de março de 2016

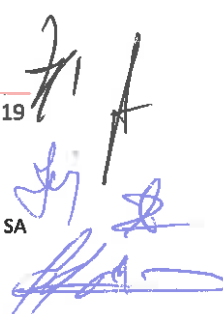
Contabilista Certificado (nº 83671)



A Mesa Administrativa









Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos quinze dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e quinze, elaboradas segundo o SNC-ESNL.--

---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contactos pessoais com alguns elementos da Direcção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----

---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e quinze, bem como a transferência dos resultados para a conta Resultados Transitados.-----

---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direcção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2015.-----

O Conselho Fiscal

Armindo Lopes dos Santos (Presidente)

Carla Inês Tavares Correia (Vogal)

Frederico José Santos Teixeira Correia (Vogal)

de dois mil e quinze, aprovam o Plano de Atividades e Orçamento Provisional para o ano de dois mil e dezasseis.

— E não havendo mais nada a tratar ou a decidir pelas dezasseis horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e a proposta vni per assinada por todos os membros do Conselho Fiscal.

Amendo Lopez dos Santos
parlador
Frederico José Correia

Acta Número Noventa e Seis

— Aos quinze dias do mês de Março do ano de dois e quinze, pelas dezasseis horas, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Curitiba de Fez, na sede desta Instituição, com a presença de todos os seus membros: Presidente Amendo Lopez dos Santos e os vogais Carla Inês Tavares Correia (ma) e Frederico José Santos Teixeira Correia, para dar cumprimento ao estipulado nos seus Estatutos e com o objectivo de analisar as contas relativas ao quarto trimestre do ano de dois mil e quinze, apreciar e dar o parecer sobre as contas do mesmo período.

— Iniciaram-se de imediato os trabalhos, verificando-se os documentos que nos foram colocados a disposição pelos serviços de contabilidade da Santa Casa, relativos ao período acima indicado.

— Procedeu-se a análise das contas e solicitados esclarecimentos e informações pertinentes para o exercício das respectivas funções e decisão a tomar nesta reunião.

— Registamos com agrado que os pontos pedidos de esclarecimentos e informações foram tomadas, digo, prontamente satisfeitos pelos serviços de contabilidade da Santa Casa e permitiram concluir

Amendo Lopez dos Santos

estão tudo em ordem, pelo que este Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável e propõe a dignissima Assembleia a realizar em vinte e nove de Maio do anno de dois mil e quinhentos e seis, sejam aprovadas as contas referentes ao periodo findo em Trinta e um de Dezembro do anno de dois mil e quinze.

[Handwritten signature and initials]

— E não havendo mais nada a tratar ou a decidir, pelas dez e nove horas, foi dada por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal.

— Resulto a data: for quinze dias do mes de Maio do anno de dois mil e dezasseis.

Amendo Lopes dos Santos
Pedro Francisco
Mariano dos Santos

[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de ativo líquido de 2.463.842 € e um total de fundos patrimoniais de 2.092.792 €, incluindo um resultado líquido negativo de 85.373 €), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Misericórdia, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, exas referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA**, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor não lucrativo, em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da Mesa Administrativa é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 23 de março de 2016


SANDRA SIMÕES & SARA BARROS, SROC, LDA (SROC n°225)
Representada pela **Dra. Sandra Maria de Almeida Simões (ROC n° 1249)**

